



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Instituto Estadual de Florestas
URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Ituiutaba

Parecer nº 111/IEF/NAR ITUIUTABA/2025

PROCESSO Nº 2100.01.0015353/2025-47

PARECER ÚNICO					
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Nome: Marcé Aparecida Corrêa Paula			CPF/CNPJ: 240.703.436-87		
Endereço: Avenida Sete de Setembro, 318			Bairro: Icaraí		
Município: Niterói		UF: RJ	CEP: 24.230-252		
Telefone: (34) 3336-7323		E-mail: safra@ambientalsafra.com.br			
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? (X) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2					
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL					
Nome:			CPF/CNPJ:		
Endereço:			Bairro:		
Município:		UF:	CEP:		
Telefone:		E-mail:			
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL					
Denominação: FAZENDA CURIANGO			Área Total (ha): 174,8806		
Registro nº: 22.126 e 22.248			Município/UF: SANTA VITÓRIA/MG		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3159803-FCCEF75526C749B39E1467D6BE21DDBD					
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA					
Tipo de Intervenção	Quantidade		Unidade		
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	935		Unidades		
5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	912	Unidades	22K	541316	7881098
6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA					
Uso a ser dado a área	Especificação				Área (ha)
Agricultura	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura				125,0953
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (<i>quando couber</i>)		Área (ha)	
MATA ATLÂNTICA (2006)	Outros - corte de árvores isoladas			125,0953	
8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO					
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade		
Lenha de floresta nativa		755,60	m³		
Madeira	BRANCA AROEIRA SUCUPIRA	81,94	m³		
		123,17	m³		
		54,42	m³		
1. HISTÓRICO					
Data de formalização/aceite do processo: 03/06/2025					
Data da vistoria: 06/06/2025					
Data de solicitação de informações complementares:					
Data do recebimento de informações complementares:					
Data de emissão do parecer técnico: 10/06/2025					

Análise das informações prestadas pelo empreendedor através do uso das ferramentas remotas disponíveis (Google Earth, Sicar e vistoria in loco.

2. OBJETIVO

O empreendedor requer o corte de 735 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 125,0953ha porém será liberado somente 912 árvores com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO

3.1 Imóvel rural:

A FAZENDA Curiango localiza-se na zona rural do município de Santa Vitória, sendo composta pela matrícula 22.126 e 22.248 conforme registro no Cartório do Registro de Imóveis de Santa Vitória, com área total de 174,8806ha, que corresponde a 5,82 módulos fiscais. O imóvel possui reserva legal averbada em cartório e está localizado no Bioma Mata Atlântica.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3159803-FCCE.F755.26C7.49B3.9E14.67D6.BE21.DDBD

- Área total: 176,9085ha

- Área de reserva legal: 37,9698ha

- Área de preservação permanente: 4,665ha

- Área de uso antrópico consolidado: 131,8050ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

() A área está preservada: 35,79ha (conforme mapa)

() A área está em recuperação: 0,00ha (conforme mapa)

() A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

() Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

AV-01-22.126e AV-01-22.248 do CRI de Santa Vitória

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

(X) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 01

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria in loco. A matrícula mencionada no CAR, estão averbadas em cartório.

Em que pese essa divergência de informações e característica da área, por se tratar de processo de corte de árvores isoladas em área comum, portanto sem conversão do uso solo, e por não solicitar corte dentro da área de reserva, o processo em tela pode ter continuidade.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Conforme requerimento apresentado, o empreendedor solicita a autorização para o corte de 935 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 125,0953ha com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para desenvolvimento de culturas anuais. As árvores estão localizadas em área comum já antropizada. A área de intervenção ambiental está inserida no bioma Mata Atlântica. O material lenhoso estimado é de 755,60m³ de lenha e 259,53m³ de madeira que terão como finalidade comercialização *in natura*, uso na propriedade e incorporação ao solo dos produtos florestais in natura. Dentre as 935 árvores identificadas, existe 27 ipê amarelo (*Tabebuia sp*), espécie protegida pela Lei 9.743/1988 a qual deverá ser compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 5 para ipê amarelo e ainda possui 04 garapa e 2 cedro espécie esta ameaçada de extinção conforme decreto Decreto 47.749 de 2019 a qual deverá ser compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 10 por garapa (*Apuleia leilocarpa*) e 1 para 10 por cedro(*Cedrus*).

Taxa de Expediente: R\$ 1,382,75- DAE-1401355270871- Pago em 30/04/2025

Taxa florestal: LENHA R\$ 5.966,13- DAE 2901355270641 - Pago em 02/05/2025

Taxa florestal: MADEIRA R\$ 14.363,28- DAE 2901355270721 - Pago em 30/04/2025

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Muito Baixa à Baixa
- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Não se aplica
- Unidade de conservação: Não se aplica
- Áreas indígenas ou quilombolas: Não se aplica
- Outras restrições: Não se aplica

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Agricultura
- Atividades licenciadas: G-01-03-1 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura
- Classe do empreendimento:
- Critério locacional:
- Modalidade de licenciamento:
- Número do documento:

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada no dia 06/06/2025. Foi observado que a área da intervenção ambiental (corte de árvores isoladas) é uma área antropizada (pastagem).

A Reserva Legal encontra-se averbada em cartório.

As Áreas de Preservação Permanente é composta pelo Rio Paranaíba e por uma lagoa sem denominação encontram-se com 10,8054ha de APP sendo 0,9512ha (cerrado) e 9,8542ha em pastagem e lagoa.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Plano a levemente ondulado
- Solo: Latossolo vermelho distrófico (areno-argiloso)
- Hidrografia: Imóvel banhado pelo Rio Paranaíba, que pertence a bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba que pertence a bacia federal do Rio Paraná.

4.3.2 Características biológicas:

- **Vegetação**: Imóvel localizado dentro do bioma Mata Atlântica. A área de intervenção ambiental já é utilizada encontra-se em pastagem. Não haverá conversão do uso do solo. De acordo com as informações apresentadas no processo, foram encontradas 912 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 125,0953ha dentre as 912 árvores identificadas, existe 27 ipê amarelo (*Tabebuia sp*), espécie protegida pela Lei 9.743/1988 a qual deverá ser compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 5 para ipê amarelo e ainda possui 04 garapa e 2 cedro espécie esta ameaçada de extinção conforme decreto Decreto 47.749 de 2019 a qual deverá ser compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 10 por garapa (*Apuleia leiocarpa*) e 1 para 10 por cedro (*Cedrus*).
- **Fauna**: de acordo com as informações apresentadas no processo, as espécies de animais de ocorrência comum na região são: Tatu (*Tolypentis tricinctus*), Tamanduá (*Myrmecophaga tridactyla*), Quati (*Nasua nasua*), Seriema (*Cariama cristata*), Codornas (*Alectoris chukar*), Tucano (*Ramphastidae*), Teiú (*Tupinambis teguixim*), além de outras espécies de mamíferos, répteis e anfíbios.

4.4 Alternativa técnica e locacional:

Não se aplica

5. ANÁLISE TÉCNICA

O empreendedor solicita a autorização para o corte de 935 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 125,0953ha porém será autorizado somente o corte de 912 árvores com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar. As árvores estão localizadas em área comum (pastagem). A área de intervenção ambiental está inserida no bioma Mata Atlântica. O material lenhoso estimado é de 755,60m³ de lenha e 259,53m³ de madeira que terão como finalidade de comercialização *in natura*, uso interno na propriedade e incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*. Dentre as 912 árvores

identificadas, há 27 ipê amarelo (*Tabebuia sp*), espécie protegida pela Lei 9.743/1988, 04 garapa (*Apuleia leiocarpa*) e 02 (*Cedrus*) espécies esta ameaçada de extinção conforme Decreto 47.749 de 2019 .

A Lei 9.743 de 1988 dispõe sobre os casos passíveis de autorização conforme abaixo:

Art. 2º A supressão do ipê amarelo só será admitida nos seguintes casos:

1. quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;
2. em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente;
3. em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agroflorestal, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.

A supressão dos ipê amarelo exige a compensação entre 1 e 5 mudas para cada indivíduo suprimido conforme preceitua o parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 9.743 de 1988. Sendo assim, o PTRF propõe o plantio de 135 mudas, parâmetro máximo possível.

Sobre a área de intervenção, as árvores que serão suprimidas estão distribuídas em área agricultável onde encontra-se com pastagem, sem formar corredores ecológicos, ou seja, não possuíam papel de conexão entre fragmentos de vegetação nativa. Além disso, fora a espécie protegida, foi encontrado 03 espécie ameaçada de extinção considerando o censo apresentado, sendo 04 exemplares de *Apuleia leiocarpa* (garapa) e 02 exemplares de *Cedrus* (cedro) o qual será compensado através de um PTRF na proporção de 10 para um. Ou seja, será realizado o plantio de 40 mudas de garapa e 20 mudas de cedro.

A supressão de espécies ameaçadas de extinção constantes na Portaria GM/MMA nº 300 de 2022, são passíveis de autorização quando cumprem os requisitos presentes nos artigos 26 e 73 do Decreto 47.749 de 2019 e artigo 29 da Resolução Conjunta IEF/Semad nº 3.102 de 2021, conforme abaixo:

Art. 26 – A autorização para o corte ou a supressão, em remanescentes de vegetação nativa ou na forma de árvores isoladas nativas vivas, de espécie ameaçada de extinção constante da Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção ou constante da lista oficial do Estado de Minas Gerais, poderá ser concedida, excepcionalmente, desde que ocorra uma das seguintes condições:

I – risco iminente de degradação ambiental, especialmente da flora e da fauna, bem como da integridade física de pessoas;

II – obras de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia;

III – quando a supressão for comprovadamente essencial para a viabilidade do empreendimento.

§ 1º – Nas hipóteses previstas no inciso III do caput, o interessado deverá apresentar laudo técnico, assinado por profissional habilitado, que ateste a inexistência de alternativa técnica e locacional, bem como que os impactos do corte ou supressão não agravarão o risco à conservação in situ da espécie.

De acordo com a Resolução Conjunta IEF/Semad nº 3.102 de 2021, a compensação é prevista conforme abaixo:

Art. 29 – A compensação de que trata o art. 73 do Decreto nº 47.749, de 2019, será determinada na seguinte razão:

I – dez mudas por exemplar autorizado para espécies na categoria Vulnerável – VU

II – vinte mudas por exemplar autorizado para espécies na categoria Em Perigo – EM

III – vinte e cinco mudas por exemplar autorizado para espécies na categoria Criticamente em Perigo – CR

As medidas compensatórias do processo serão aplicadas em áreas de preservação permanente degradadas, mesmo assim, é recomendável a recuperação das áreas desprovidas de vegetação nativa na modalidade de plantio ou condução da regeneração natural, desde que comprovadamente efetiva.

Pelos motivos elencados acima, sou favorável ao requerimento da parte interessada.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Impactos:

1. Diminuição da biodiversidade da flora;
2. Diminuição da presença da avifauna por ausência de abrigo e alimento;
3. Perda de solo por processo erosivo.

Medidas mitigadoras:

1. Fazer os trabalhos de conservação de solo
2. Fazer aceiro no entorno da reserva e APP para evitar queimada
3. Evitar o uso de fogo na propriedade

6. CONTROLE PROCESSUAL

Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

- Todos os processos de corte de árvores isoladas;
- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- Aproveitamento de material lenhoso.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opino pelo DEFERIMENTO INTEGRAL do requerimento do corte de 912 indivíduos arbóreos isolados vivos em uma área de 125,0953ha, localizada na FAZENDA CURIANGO, matrícula 22.126 E 22.248 do CRI de Santa Vitória, sendo o material lenhoso estimado em 755,60m³ de lenha e 259,53m³ de madeira que terão como finalidade a comercialização *in natura*, uso interno na propriedade e incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

1. Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 135 mudas de ipê amarelo, como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988. O PTRF será executado na Fazenda Beira Rio, matrículas 35.536 do CRI de Limeira do Oeste, em uma área de 0,1180ha, nas coordenadas UTM de referência 531463(X), 7874957(Y); 531450(X), 7875033(Y)(22K, Sirgas 2000). Essa área de plantio contempla o plantio compensatório de outras matrículas.
2. Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 20 mudas de cedro (*Cedrus*) espécie esta ameaçada de extinção conforme Decreto 47.749 de 2019 . como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988. O PTRF será executado na Fazenda Beira Rio, matrículas 35.536 do CRI de Limeira do Oeste, em uma área de 0,1180ha, nas coordenadas UTM de referência 531463(X), 7874957(Y); 531450(X), 7875033(Y)(22K, Sirgas 2000). Essa área de plantio contempla o plantio compensatório de outras matrículas.
3. Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 40 mudas de garapa (*Apuleia leiocarpa*) espécie esta ameaçada de extinção conforme Decreto 47.749 de 2019 . como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988. O PTRF será executado na Fazenda Beira Rio, matrículas 35.536 do CRI de Limeira do Oeste, em uma área de 0,1180ha, nas coordenadas UTM de referência 531463(X), 7874957(Y); 531450(X), 7875033(Y)(Y)(22K, Sirgas 2000). Essa área de plantio contempla o plantio compensatório de outras matrículas.
4. Apresentar relatórios anuais com anexos fotográficos do desenvolvimento do PTRF e replantios que forem necessários pelo período de 5 anos nos termos da Lei 9.743 de 1988, artigo 2º, § 3º e Decreto 47.749 de 2019.

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se aplica, pois não foram encontrados processos de intervenção autorizados no imóvel carentes de prestação de contas.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal - R\$ 33.688,10- DAE 1500592209243

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES**Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 135 mudas de ipê amarelo, como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988. O PTRF será executado na Fazenda Beira Rio, matrículas 35.536 do CRI de Limeira do Oeste, em uma área de 0,1180ha, nas coordenadas UTM de referência 531463(X), 7874957(Y); 531450(X), 7875033(Y)(22K, Sirgas 2000). Essa área de plantio contempla o plantio compensatório de outras matrículas.	Plantio deve ocorrer no primeiro período chuvoso após a emissão do ato autorizativo
2	Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 20 mudas de cedro (<i>Cedrus</i>) espécie esta ameaçada de extinção conforme Decreto 47.749 de 2019 . como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988. O PTRF será executado na Fazenda Beira Rio, matrículas 35.536 do CRI de Limeira do Oeste, em uma área de 0,1180ha, nas coordenadas UTM de referência 531463(X), 7874957(Y); 531450(X), 7875033(Y)(22K, Sirgas 2000). Essa área de plantio contempla o plantio compensatório de outras matrículas.	Plantio deve ocorrer no primeiro período chuvoso após a emissão do ato autorizativo
3	Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 40 mudas de garapa (<i>Apuleia leiocarpa</i>) espécie esta ameaçada de extinção conforme Decreto 47.749 de 2019 . como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988. O PTRF será executado na Fazenda Beira Rio, matrículas 35.536 do CRI de Limeira do Oeste, em uma área de 0,1180ha, nas coordenadas UTM de referência 531463(X), 7874957(Y); 531450(X), 7875033(Y)(Y)(22K, Sirgas 2000). Essa área de plantio contempla o plantio compensatório de outras matrículas.	Plantio deve ocorrer no primeiro período chuvoso após a emissão do ato autorizativo
4	Apresentar relatórios anuais com anexos fotográficos do desenvolvimento do PTRF e replantios que forem necessários pelo período de 5 anos nos termos da Lei 9.743 de 1988, artigo 2º, § 3º e Decreto 47.749 de 2019.	Anualmente por 5 anos.
...		

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

☐ COPAM / URC ☒ SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: José Maria Castro Júnior

MASP: 102.0806-4

Mauro Moreira de Queiroz

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MASP:



Documento assinado eletronicamente por **José Maria Castro Júnior, Coordenador**, em 11/06/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **115693686** e o código CRC **26062E23**.

Referência: Processo nº 2100.01.0015353/2025-47

SEI nº 115693686